

## “A FACULDADE SITIADA”: NARRATIVAS DE ANA MARIA CÉSAR SOBRE A GREVE DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

*Alicia Claudina da Silva\**

*Walter Valdevino do Amaral\*\**

### **Resumo:**

O livro *A Faculdade Sitiada*, da escritora pernambucana Ana Maria César, publicado em 2009 pela Companhia Editora de Pernambuco, trata de um momento histórico, no qual estudantes da Faculdade de Direito do Recife desencadearam uma greve que envolveu o exército e, até mesmo, a Presidência da República, no início da década de 1960. Esses estudantes elaboraram e espalharam cartazes pela Faculdade de Direito e fizeram uma vigília na Praça Adolfo Cirne, localizada no bairro da Boa Vista. Por fim, ressaltamos que a escritora e advogada Ana Maria César é um nome reconhecido na literatura pernambucana, tendo publicado quinze livros, até o momento. Neste trabalho, usaremos como aportes teórico-metodológicos o conceito de memória, proposto por Jacques Le Goff, e a relação entre Literatura e Gênero, problematizada por Cecil Jeanine Albert Zinani.

**Palavras-chave:** História. Política. Movimentos Sociais. Literatura. Memória.

## “A FACULDADE SITIADA”: NARRATIVES FROM ANA MARIA CÉSAR ABOUT THE STUDENTS' STRIKE AT THE LAW FACULTY OF RECIFE

### **Abstract:**

The book *A Faculdade Sitiada*, by pernambucanian writer Ana Maria César, published in 2009 by Companhia Editora de Pernambuco, is about a historical moment in which students of the Recife Law School unleashed a strike that involved the army and even the Presidency of the Republic in the early 1960s. They elaborated and spread posters throughout the Law School, held a vigil in the Praça Adolfo Cirne, located in the Boa Vista neighbourhood. Finally, we emphasize that the writer and lawyer Ana Maria César is a recognized name in literature in Pernambuco, having published fifteen books up to now. In this work, we will use as theoretical-methodological contributions, the concept of memory proposed by Jacques Le Goff and the relation between Literature and Gender problematized by Cecil Jeanine Albert Zinani.

**Keywords:** History. Politics. Social Movements. Literature. Memory.

---

\* Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Católica de Pernambuco. Integrante do Cactos – Núcleo Unicap de Estudos de Gênero. Bolsista PIBIC-UNICAP, sob a orientação do Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral. E-mail: [aliciadoc12@hotmail.com](mailto:aliciadoc12@hotmail.com).

\*\* Professor do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco. Coordenador do Cactos – Núcleo Unicap de Estudos de Gênero. E-mail: [walter.amaral@unicap.br](mailto:walter.amaral@unicap.br).

## Introdução

As experiências vivenciadas e narradas pela escritora Ana Maria César são minuciosamente contadas em seu livro *A faculdade Sitiada*, publicado em 2009 pela Companhia Editora de Pernambuco. Logo no início da obra, ela narra um momento importante na sua trajetória, no qual foi impedida pelo diretor da Faculdade de Direito, o professor Soriano Neto, de se encontrar com a senhora Célia Guevara, mãe do guerrilheiro Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana.

Após a narrativa desse acontecimento, apresenta-nos diversos contextos históricos, que resultaram em uma greve que não apenas mobilizou a Faculdade de Direito do Recife, mas incluiu a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco. Nesse cenário, desenvolveu-se a greve dos estudantes do Recife em 1968, porém no mesmo ano eclodiu o Movimento de Paris, no mês de maio, fato que entrou para a história como *maio de 68*. Palestras e propostas envolviam o campus da Sorbonne Université, como renovações na estrutura e novos métodos de ensino. O objetivo principal do movimento era político, mas, em torno dessas urgências, destacamos a sua importância para uma maior consciência dos estudantes sobre o papel da Universidade e seus direitos. Como afirma o historiador francês Jacques Le Goff, em sua concepção de História entre passado e presente:

A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas. Como o presente não se pode limitar a um instante, a um ponto, a definição da estrutura do presente, seja ou não consciente, é um problema primordial da operação histórica. A definição do período contemporâneo nos programas escolares de história é um bom teste para esta definição do presente histórico (LE GOFF, 1990, p. 203).

Inúmeros presentes juntos em uma mesma causa que era a busca por uma educação renovadora, dois países totalmente diferentes, Brasil e França, mas com estudantes tendo o mesmo objetivo na história da educação, fazendo assim suas greves serem lembradas até hoje nos livros de História, relatando seus questionamentos como a busca de conforto em suas atividades universitárias. Essas greves mudaram a forma de visão dos estudantes tanto no Brasil quanto em Paris, o olhar revolucionário se acendeu nas presentes e nas futuras gerações.

### “Apagam-se as luzes, mas não se apaga a verdade”

O movimento dos estudantes do Recife, ocorrido no dia 31 de maio de 1960, foi marcado por negligências, tumultos e transtornos. O presidente do Diretório Acadêmico, Antônio Carneiro Leão, era caracterizado por uma política que tinha trânsito em seus segmentos. A sala

do 5º ano era marcada naquele momento por inúmeras gritarias, após a entrada de Célia Guevara. Encontravam-se ali estudantes de direita e esquerda. Os de direita tinham ido para tumultuar; os de esquerda, para incentivar (Cf. CÉSAR, 2009, p. 32). A energia elétrica foi desligada após o presidente do Diretório Acadêmico Antônio Carneiro Leão, da Faculdade de Direito do Recife, ter conhecimento do concurso de Livre Docência. A escuridão acabou se espalhando pelo pátio, mas, mesmo assim, Célia Guevara continuou sua palestra à luz de velas, falando aproximadamente por meia hora; cada palavra proferida por ela era seguida de gritos e aplausos pelos estudantes, como: *Apaga las luces pero no apaga la verdad*. Segundo as memórias da escritora, descritas no livro:

Descendo as escadarias de mármore, no hall de entrada, grupos de estudantes se formavam. Além dos acadêmicos de Direito, universitários de outras faculdades chegavam ao imponente edifício da Praça Adolfo Cirne. Anoitecia, quando alguém se lembrou de perguntar ao presidente do diretório acadêmico se solicitara autorização do diretor para a realização de conferência de algo mais (CÉSAR, 2011, p. 31).

Após as manifestações, acontecia o feriado de Corpus Christi, a faculdade estava fechada e ocorria um enorme silêncio, apenas interrompido pelas inúmeras procissões que aconteciam nas ruas centrais da capital pernambucana. No dia 2 de junho, acontecimentos como a passagem de cargo do governador Cid Sampaio para seu vice, Pelópidas Silveira, pois em seguida se dirigiria para Curitiba com a finalidade de participar de uma reunião da União do Diretório Nacional, circulando, assim, essas informações. Os estudantes do turno diurno, ao darem entrada na Faculdade de Direito, foram recebidos em meio a esses relatos, sendo convocados para participarem de uma assembleia geral, no intuito de apreciarem aquelas ocorrências e tomarem posição sobre elas.

Naquela tarde, foi decidido pelo diretor Soriano Neto que ocorreria uma punição aos estudantes que haviam promovido a conferência de Célia Guevara. Foi convocado o Conselho Técnico Administrativo, que decidiu propor a apuração desses acontecimentos e reivindicações. Enquanto ocorria a reunião no pátio, os corredores estavam cheios de estudantes que durante duas horas analisaram este inquérito que acabou desencadeando a revolta, pois decidiram que se houvesse e fosse usado contra os estudantes, haveria uma greve geral de imediato como resposta. No dia 3 de junho, um sábado, a Faculdade de Direito foi tomada por estudantes, que manifestavam e reivindicavam seus pedidos usando cartazes, sendo colocados móveis e objetos nas entradas para formar barricadas. Em diversos jornais locais, manchetes inquietantes foram

publicadas, como: “Fechada a Casa de Tobias”, “Universitários pernambucanos em greve” (Cf. CÉSAR, 2009, p. 40).

Seguindo o dia todo de manifestações, diversos órgãos estudantis de instituições diferentes passaram a se organizar para reivindicar melhorias no ensino. Inúmeros editais convocavam os estudantes para uma assembleia que propunha uma greve geral. Estudantes de diversas universidades, como a Universidade Católica de Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco e, até mesmo, algumas mais distantes, como faculdades isoladas em Caruaru, fizeram parte da greve, contando com a solidariedade do presidente do Sindicato dos Ferroviários, Claudio Braga, que deu seu total apoio aos estudantes e veio a falar na imprensa sobre aqueles acontecimentos. Porém esse impasse só aumentava o descontentamento do diretor Soriano Neto, que se utilizou de mídias, canais de rádio e jornais para informar que o exército iria interferir na greve, como afirmava a matéria “Exército chamado a intervir na conflagração universitária”, publicada na segunda-feira, dia 5, no Diário da Noite. A reportagem dizia que o diretor Soriano Neto, diante de rumores de que o movimento dos estudantes estava infiltrado de elementos vinculados às ligas camponesas, “teria solicitado a intervenção do Exército para manter a ordem diante das ameaças de perturbação” (CÉSAR, 2009, p. 43).

Os estudantes, temerosos com essa notícia, acabaram visitando algumas autoridades locais. A Comissão de Estudantes de Direito procurou esclarecer suas dúvidas sobre tal reportagem com representantes do poder do Estado. Recebidos no Palácio do Campo das Princesas, foi anunciado que nenhuma medida seria tomada em relação à greve estudantil. Em Brasília, as notícias que circulavam eram de que se tratava de uma greve sem nexo, porém foi decidido que o diretor de Divisão Extracurricular deveria interferir nos assuntos e nos acontecimentos que estavam ocorrendo na Faculdade de Direito; contudo, os estudantes estavam determinados a resistirem até o fim, até conseguirem o que queriam, mesmo se ocorresse a interferência do exército.

Durante quase duas horas, os líderes do movimento grevista conversaram com o ministro da educação e cultura Brígido Tinoco que, tendo total paciência, conseguiu conversar com os estudantes que fervilhavam com a falta de respeito do diretor Soriano Neto; procurando convencê-lo a ver a situação da Faculdade, deixando a estrutura precária, pois alegavam que ele se aproveitava dos recursos para fins próprios, como a aquisição de uma lancha. Recursos esses que deveriam ser usados para melhorarias da educação e da estrutura daquela instituição. “No salão de entrada, onde fora organizado um museu, um barco de quase oito metros, em fase de acabamento, batizado de Soriano I, entre inscrições Jocosas: Foi a pique ‘El ditador Mirim’; ‘Aulas sim; Soriano, não’”.

(CÉSAR, 2009, p. 48). A partir desse momento, foi entendido que o movimento era pacífico, que as notícias que chegavam até Brasília eram mirabolantes e que os estudantes estavam certos tentando lutar por seus direitos.

Depois de algumas horas, propostas foram conciliadas, debates para o fim da greve foram propostos, como a do presidente não ter direito a punir nenhum aluno; as chaves da instituição deveriam ser entregues ao ministro da educação; o presidente passaria 24 horas à frente da direção. Encerrada a assembleia dos estudantes, as portas do gabinete, armários e inúmeras outras dependências foram interditadas. Tudo parecia estar voltando à normalidade. Os estudantes foram tomando conhecimento do acordo, mas todos se perguntavam se realmente suas reivindicações seriam ouvidas ou silenciadas. A emoção tomava conta dos estudantes.

Após algumas reuniões e encerrada a assembleia dos estudantes, todos pareciam que estavam de acordo com o afastamento do diretor Soriano Neto, mas não foi bem assim que ocorreu. Os estudantes acabaram ficando revoltados com o certo *acordo*, propostas como deixar o presidente na direção durante 24 horas não foram aceitas e por conta desta causa ocorreriam novos tumultos e debates.

### **Após o 3 de maio**

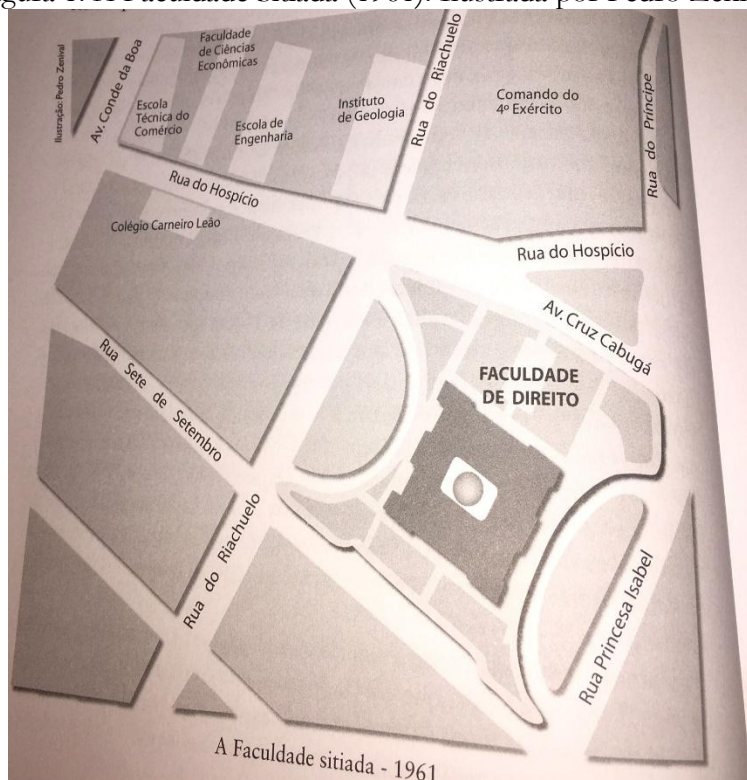
Notícias circularam em toda a cidade do Recife, todos pensavam que os estudantes naquela manhã voltariam às suas aulas normais. Reportagens cujo título era “traição do ministro”, circulavam em diversos jornais. Os alunos que faziam parte da greve decidiram, a partir de então, por:

1. Resistência a qualquer tentativa de invasão;
2. Criação de um Comitê Permanentemente de Greve com representante de todas as escolas;
3. Conclamação de todos os estudantes universitários e secundários para o dia da resistência – hoje, 7 de junho – na Faculdade de Direito (CÉSAR, 2009, p. 61).

Tropas do exército começaram a invadir a Faculdade de Direito, com inúmeros pelotões se aproximando, em posição de combate, enquanto os estudantes tocavam o Hino Nacional, com a intenção de que todos vissem que o movimento era pacífico, pois nenhum deles estava armado. A intenção era retirar todos os estudantes do prédio com certo alvoroço, armas apontadas e muitas ameaças foram feitas naquele momento. Sendo expulsos, os estudantes recuaram até a Escola de Engenharia, situada nas proximidades da Faculdade de Direito, nos momentos que seguiram a tomada da Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia passou a ser o centro das atividades dos

alunos grevistas. Tanques e metralhadoras foram usados pelo exército para conter os estudantes. As aulas acabaram sendo suspensas e muitas casas comerciais não abriram, por medo de que algo mais grave viesse a acontecer. No entanto, inúmeros erros já estavam acontecendo durante muitos anos e os estudantes estavam tentando mudar essa realidade. A partir de 22 horas, houve uma passeata em frente à Escola de Engenharia. Lá se encontravam os líderes das três importantes Escolas: Direito, Agronomia e Veterinária. Os representantes de outras faculdades também estavam presentes, a União dos Estudantes de Pernambuco fazia o movimento oficialmente estabelecido. Tumultos e gritos foram marcados, cerca de mil estudantes gritavam *Abaixo Soriano*, fuzis em horizontal faziam com que os estudantes recuassem, cerca de duzentos soldados do exército e fuzileiros faziam parte dessa manifestação e estavam fortemente armados. As tropas começaram a ganhar reforço, o tumulto foi intenso, conforme relatos de Ana Maria César (Cf. CÉSAR, 2009, p. 67).

Figura 1: A Faculdade Sitiada (1961). Ilustrada por Pedro Zenival.



Fonte: Livro “A Faculdade Sitiada”, 2009.

Tumultos se formaram e, entre gritos e protestos, alguns estudantes ensaiaram para cantar o Hino Nacional. Visando chegar a algum tipo de acordo, durante horas e horas o governador Cid Sampaio, tentou convencer os alunos de que tudo ficaria bem, de que suas reivindicações seriam aceitas. Alguns jornais publicaram notas de apoio aos grevistas, mas outros se colocaram a favor

da atuação das Forças Armadas. A União Pernambucana dos Estudantes Primários e Particulares, colégios como o Liceu de Artes e Ofícios e o Colégio Nóbrega apoiaram a greve. Em Caruaru, as faculdades de Odontologia, Direito e Filosofia também se solidarizaram com a greve. Em outros estados, também receberam apoio, o sentimento de justiça e solidariedade era o mesmo, como os estudantes da Paraíba, que decretaram greve por 48 horas, e os estudantes do Maranhão, que também entraram em greve geral. Em Curitiba, foi enviado um telegrama ao Presidente da República pela União de Estudantes. Em São Paulo, os estudantes deram seu total apoio contra os abusos de recursos usados pelo diretor da Faculdade de Direito do Recife. No Rio de Janeiro, o vice-presidente da União Nacional dos estudantes, Marcos Lins, também apoiou o movimento grevista proposto pelos estudantes do Recife.

No dia 7 de junho, foi realizada uma sessão na Assembleia Legislativa, em que os vereadores transformaram Pernambuco em um *território livre*. A primeira sessão se tornou uma vigília permanente, tendo início pela noite e varando a madrugada. No dia 9, a Assembleia recebeu os integrantes da Comissão Parlamentar. O movimento estudantil pernambucano contou desde o início com o presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores. Após o agravamento da crise universitária, o sindicato decidiu promover concentrações e visitar o governador, avisando-o de que enviaria um telegrama ao presidente Jânio Quadros.

Entre todas as formas apuradas para a crise universitária surgiu uma renúncia chamada Beau Geste, um pedido de licença ao cargo do diretor. Na sessão noturna da Assembleia Legislativa, no dia 9 de junho, o deputado Miguel Santos requereu à mesa diretora que fosse “enviado o mais caloroso e pernambucano apelo ao sr. prof. Soriano Neto para que, num gesto de grandeza, ofereça as condições para o encerramento da crise universitária até mesmo com seu afastamento” (CÉSAR, 2009, p. 123).

Por vários dias, sucessivos apelos nos jornais foram publicados para que Soriano Neto renunciasse ao cargo. A cada dia que passava, a greve tornava-se mais cansativa e desgastante, para a população, estudantes e autoridades. O comando do IV Exército acabou informando a redução de seus militares, dando conta do enorme problema que tinha causado, alegando que os estudantes estavam ali de forma compreensiva e pacífica. No dia 12 de junho, o Conselho Sindical de Trabalhadores acabou não realizando a sua programação, os estudantes grevistas desistiram de montar acampamentos na Praça da Independência; no dia seguinte, saiu um ofício alegando que:

Tendo o governo federal determinado que as provas parciais correspondentes à segunda quinzena do mês em curso não sejam adiadas, sob nenhum pretexto, recomendo a V. Exa divulgar o calendário já

organizado para a realização daquela tarefa escolar, através da sessão própria dos jornais diários (CÉSAR, 2009, p. 130).

Nesse momento, temiam que, com essa situação, os alunos viessem a perder o ano letivo. As *Fórmulas de Paz* foram colocadas para os estudantes como uma tentativa de solucionar a crise estudantil. A comissão da greve recebeu propostas para que os universitários voltassem às aulas. Os grevistas teriam que concluir a greve e recomeçar as aulas, para que suas reivindicações de ordem administrativa e pedagógica fossem atendidas.

Depois de inúmeras reuniões foi aprovado um inquérito com 200 votos, porém dois deles foram contra, alegando que se devia:

1. Aceitar o apelo da comissão Parlamentar de Inquérito no sentido de que sejam simultâneas a cessação da greve e o afastamento do Exmo. Sr. Diretor da Faculdade de Direito e do Exmo. Sr. Reitor da Universidade Rural. A retirada da tropa federal e a libertação dos cidadãos detidos em face da greve. E que se verifique também, em termos favoráveis, o problema da frequência.
2. Acrescentar ao apelo da Comissão Parlamentar de Inquérito a reivindicação de que as provas parciais sofram adiamento de pelo menos 20 dias. (CÉSAR, 2009, p. 135-136).

As *Fórmulas de Paz* foram expostas e, diante disso, foram questionadas a retirada da tropa federal e a hipótese de soltura dos cidadãos detidos em face da greve. Entretanto, foi discutido o acrescentamento de adiar provas parciais em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito. Mesmo assim, ocorreu a tentativa de solucionar a crise estudantil. Os alunos não estavam satisfeitos com tais acordos.

### **O fim da greve e esperanças para novos recursos**

No dia 15 de junho, as tropas evacuaram o local, carros e caminhões foram retirados dali. O diretor Soriano Neto passou a discutir as medidas para estabelecer seu expediente. No dia seguinte, foi aprovado o término da greve e a comissão de líderes estudantis dirigiu-se ao quartel do IV Exército, em Brasília. O ministro da justiça convocou os jornalistas para anunciar o fim da greve. Um avião da Força Aérea Brasileira seguiu rumo a São Paulo e foram recebidos pelo presidente da República. Na noite desse mesmo dia, os conselhos escolares da Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Universidade Católica de Pernambuco deliberaram o adiamento das provas.

Durante todo o conflito universitário, o que causou mais questionamentos foi a forma como o combate aos estudantes grevistas foi aplicado. Cerca de 300 soldados armados com



metralhadoras e bazucas realizaram uma operação na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Uma operação foi montada com médicos, enfermeiros, um escândalo e ato de violência sem cabimento tomado por militares. As ruas do Recife tinham um aspecto de revolta, sentia-se por parte dos alunos da Faculdade de Direito a euforia por sua revolta construtiva naquele cenário. No entanto, suas revoltas acabaram se espalhando e suas lutas se tornaram as lutas de outros estudantes também. Queixavam-se da iluminação em sala de aula, falta de ventiladores, falta de verba para o refeitório, deficiência em relação as provas dos alunos, sendo realizadas apenas duas parciais, deficiência didática etc. (Cf. CÉSAR, 2009).

O Diretório Central dos Estudantes da Faculdade de Direito do Recife, fez sua publicação sobre os acontecimentos que fizeram eclodir a greve, na qual afirma que:

A nossa luta destemida e pacífica visa integrar a Faculdade de Direito numa verdadeira estrutura universitária, reza pela qual nos propomos energeticamente a exigir uma administração que atenda de fato às lúdimas reivindicações estudantis das quais ressaltamos de início, como imprescindíveis:

1. Regularidade na administração e nas aulas;
2. Maior número de aulas práticas;
3. Reforma e atualização do vestibular
4. Melhorias e mais eficientes instalações para as salas de aula (iluminação, bancas, ventilação);
5. Melhor alimentação e paralelamente maior higienização para o restaurante;
6. Abertura de concurso para as cátedras vagas (CÉSAR, 2009, p. 166).

Os advogados, alunos de doutorado, também se solidarizaram com o manifesto dos alunos bacharéis. O Movimento do Recife teve seu início pela Faculdade de Direito, provocado por conflitos administrativos, porém causou uma imensidão de fatos que veio mobilizar estudantes de várias partes do Brasil, durante a gestão do presidente Jânio Quadros. Tanto em Paris quanto no Recife, o denominador comum foi a reforma universitária, que teve consequências consideradas como um verdadeiro divisor no século XX, a partir de uma maior preocupação com relação à melhoria do ensino. O *maio de 68* acabou mudando a maneira dos alunos pensarem, de protestarem e se posicionarem mais firmemente na luta por seus direitos.

O Movimento de Paris foi resumido por “A geração 60 é uma geração contestadora” (Cf. LE GOFF, 1990). Tanto no século XX quanto no XXI vemos que a educação no Brasil não é tida como prioridade, estudantes vivem em condições precárias, tanto no âmbito universitário quanto no secundário e no primário. Obter um diploma de Ensino Superior está cada vez mais difícil, pois a calamidade do ensino só vem aumentando. No Recife, naquele momento, os estudantes se

reconheciam como pessoas *traídas* pelo ministro, pois os planos não foram totalmente expostos de forma necessária como almejavam.

No dia 6 de junho, os estudantes entregaram as chaves ao comandante do IV Exército, que fizera parte de uma comitiva e dirigiu-se à casa de Soriano. Ao amanhecer do dia seguinte, chegaram os professores ao local combinado com os alunos. Encerrada a greve, tiveram início as provas parciais. O confronto com os estudantes foi comandado pelo presidente Jânio Quadros, que mandou o exército reprimir os estudantes desarmados. Para o jornalista Carlos Castelo Branco, Jânio Quadros era “um homem tenso e dramático, cobrindo com paixão as etapas do seu próprio conhecimento do poder” (CÉSAR, 2009, p. 186).

O presidente, na verdade, talvez quisesse testar suas manobras em frente ao povo brasileiro e, principalmente, aos estudantes, manobras essas muito perigosas, pois os militares estavam fortemente armados lidando com estudantes que estavam ali de forma pacífica em uma crítica administrativa, pois há anos não concordavam com seus recursos e tratamentos na Universidade, não apenas contra aos alunos de bacharelado em Direito, mas todos que concordavam com a greve e que estavam presentes naquele local. A figura radicalizada dos estudantes também foi citada pela mídia. Algumas manchetes destacavam os estudantes como *vilões* e os militares como *bonzinhos*. O estudo no Recife foi marcado por muita perseverança e otimismo, em que até os presentes dias é lembrado pela Faculdade de Direito e, aparentemente, esquecido pela sociedade pernambucana.

### Considerações finais

É interessante observamos como, ao longo do livro *A Faculdade Sitiada*, a autora Ana Maria César procura, a partir de depoimentos, juntar as peças desse quebra-cabeça, reunindo memórias de advogados, jornalistas e estudantes grevistas para contar-nos seus depoimentos e experiências sobre a greve. Nesse sentido, essa obra nos revela questões políticas, sociais e educacionais não apenas da sociedade pernambucana, como também nos possibilita termos uma melhor compreensão de problemáticas no cenário brasileiro, pois nos apresenta relatos com riquezas de detalhes de como se deu a luta estudantil pelos seus direitos, a partir de uma greve que parou o estado de Pernambuco e ecoou na capital do país. No livro, a relação da autora com a temática discutida é constantemente reforçada, pois, como dissemos anteriormente, ela era estudante da Faculdade de Direito naquele momento.

Os estudantes elaboraram e espalharam cartazes pela Faculdade de Direito, fizeram uma vigília na Praça Adolfo Cirne, que fica localizada no bairro da Boa Vista, no centro do Recife, a qual teve repercussões não somente na capital pernambucana, chegando seus rumores à

Brasília, como podemos ver ao longo deste artigo. Notícias alarmantes circularam, chegando a afirmar que a greve tinha sido desencadeada sob o comando do então prefeito do Recife, Miguel Arraes.

As “anotações à margem do movimento do Recife”, como citado pela escritora Ana Maria César, bacharel em Direito e integrante do movimento, presentes nesse livro relatam algumas experiências da autora enquanto aluna do segundo ano do Curso de Direito, que são apresentadas com reforço de fontes documentais, no sentido de trazer ao público experiências e histórias, suas e de outras pessoas que participaram daquele momento. Os conceitos de História e memória usados pelo historiador Jacques Le Goff foram de imensa importância para a escrita deste artigo. Acreditamos que a problemática sobre literatura e gênero, proposta por Cecil Jeanine Albert Zinani, foi relevante para pensarmos o papel da escritora e sua escrita.

Por fim, ressaltamos que a escritora e advogada Ana Maria César é um nome reconhecido na literatura pernambucana, tendo até o presente momento quinze livros publicados. Atualmente ela ocupa a cadeira de número 5 na Academia Pernambucana de Letras. O livro *A Faculdade Sitiada* recebeu o Prêmio Amaro Quintas pela Academia Pernambucana de Letras, reconhecimento dado a escritora pela qualidade de sua escrita e riqueza dados históricos problematizados na obra.

## Referências

ALVES, Maria Helena Moureira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CÉSAR, Ana Maria. **A faculdade sitiada**. Recife: CEPE, 2009.

DALCASTAGNÈ, Regina. LEAL, Virgina Maria Vasconcelos. **Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea**. Porto Alegre: Zouk, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MENDONÇA, Daniel. **(1961-1964) A ditadura brasileira em dois golpes**. Curitiba: Editora Appris, 2017.

ZINANINI, Cecil Jeanine Albert. **Literatura e gênero: a construção da identidade feminina**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2013.